

A INVENÇÃO DA TERCEIRA IDADE E A REARTICULAÇÃO DE FORMAS DE CONSUMO E DEMANDAS POLÍTICAS (*)

Guita Grin Debert

Terceira Idade é uma expressão que recentemente e com muita rapidez popularizou-se no vocabulário brasileiro. A expressão, de acordo com Laslett (1987), originou-se na França com a implantação, nos anos 70, das *Universités du Troisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das *Universities of the Third Ate* em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981.(1)

Seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. A invenção da terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice: durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções foi definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. Como consequência, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas e uma nova categoria cultural é produzida: as pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.

Assim, a universalização do direito à aposentadoria garantiu que a última etapa da vida correspondesse à inatividade remunerada. A partir dos anos 70, os velhos - que nos anos 40 e 50 eram tidos como um dos setores mais desfavorecidos das sociedades européias - já não podiam ser considerados um segmento populacional destituído de recursos econômicos.

A terceira idade, mostra Guillemard (1986), exprime metaforicamente essa nova situação; não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar. Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. Por isso, para autores como Dumazedier (1974), a aposentadoria permitiria vislumbrar o que seria civilização do lazer. Para Laslett (1987), a invenção da terceira idade indicaria uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma "comunidade de aposentados" com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à realização e satisfação pessoal.

O pressuposto deste artigo é de que as práticas relacionadas com a terceira idade são indicadoras de um novo tipo de sensibilidade em relação à vida adulta e à experiência de envelhecimento e de que as utilizações da terceira idade permitem a discussão do caráter possivelmente libertário e das lógicas de exclusão que dão uma configuração específica à organização de mercados de consumo e à articulação de demandas políticas. O argumento central é que os conteúdos investidos nessa expressão - que foi entendida como resultado da socialização crescente da gestão do envelhecimento - são, hoje, elementos ativos no que tenho chamado de processo de reprivatização da velhice, que envolve transformação desta em uma responsabilidade individual. Esse processo é

resultado de uma interlocução intensa entre o discurso gerontológico, o público mobilizado nos programas para a terceira idade e a mídia.

A Gerontologia, como um campo de saber específico, aborda cientificamente múltiplas dimensões que vão desde a Geriatria como especialidade médica, passando pelas iniciativas da psicologia e das ciências sociais voltadas para discussão de formas de bem-estar que acompanham o avanço das idades, até empreendimentos voltados para o cálculo dos custos financeiros que o envelhecimento da população trará para a contabilidade nacional. Como abordagem multidisciplinar, a Gerontologia contribuiu para a constituição do idoso em um problema social e se empenhou na sensibilização da sociedade brasileira para os dramas do envelhecimento. A tendência do discurso gerontológico, entretanto, é hoje desconstruir seu objeto de estudo e intervenção, transformando os gerontólogos em agentes no combate à velhice.

Essa transformação é devida ao sucesso mobilizador dos programas para a terceira idade que, como mostrarei a seguir, produziram um discurso empenhado em rever os estereótipos negativos da velhice e, congregando um público relativamente jovem, abriram espaços para que experiências de envelhecimento bem-sucedidas pudessem ser vividas coletivamente. Nesses programas o envelhecimento deixa de ser um processo contínuo de perdas; as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

Essas novas imagens do envelhecimento que acompanham a construção da terceira idade ocupam um espaço cada vez maior na mídia que - respondendo ao interesse crescente da sociedade pelas tecnologias de rejuvenescimento - desestabiliza mecanismos tradicionais de diferenciação no interior do mundo dos experts e, ao mesmo tempo, abre novos campos para a articulação de demandas políticas e para a constituição de novos mercados de consumo.

As iniciativas voltadas para a terceira idade transformam o envelhecimento em uma experiência mais gratificante; contudo, esse sucesso surpreendente é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da velhice avançada. A imagem do envelhecimento, associada à terceira idade, não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania.

A dissolução dos problemas da velhice avançada, nas representações gratificantes da terceira idade, coloca no centro do debate a questão da solidariedade entre gerações, especialmente num contexto em que o envelhecimento populacional se transforma em um risco para a perpetuação da vida social. Como mostraram Douglas e Wildavsky (1983), cada sociedade tem seu portfólio de riscos e estabelece uma combinação específica de confiança e medo. Na seleção dos perigos que merecem ser temidos, está envolvida uma estratégia de proteção e exclusão de valores e estilos de vida particulares. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o prolongamento da vida humana é um ganho coletivo, mas tem se constituído também numa ameaça, num perigo para a reprodução da vida social, na medida em que os custos da aposentadoria e da cobertura médico-assistencial da velhice indicam a inviabilidade de um sistema que, em futuro próximo, não poderá arcar com seus gastos sociais.

Meu interesse, portanto, é descrever o modo pelo qual uma interlocução intensa entre o discurso gerontológico, a mídia e os movimentos sociais organizados em torno da terceira idade acabam por transformar a velhice em uma responsabilidade individual, desarmando a Gerontologia na sua tarefa

de combinar estudos rigorosos dos problemas da velhice com a defesa dos direitos e dos interesses dos mais velhos.

As novas representações sobre o envelhecimento e a construção da terceira idade

Quatro condições inter-relacionadas são partes constitutivas de mudanças que dão uma configuração específica à terceira idade e às representações sobre o envelhecimento nas sociedades contemporâneas.

A primeira delas tem a ver com o fato de que os aposentados não podem ser considerados o setor mais desprivilegiado da sociedade, quer nos países de capitalismo avançado, quer em países como o Brasil.

Até muito recentemente, tratar da velhice nas sociedades industrializadas era traçar um quadro dramático de perda de status social dos velhos; a industrialização teria destruído a segurança econômica e as relações estreitas entre as gerações na família, que vigoravam nas sociedades tradicionais. Dessa perspectiva, a situação atual, em que os velhos se transformam em um peso para a família e para o Estado, opunha-se a uma Idade de Ouro em que eles, dada sua sabedoria e experiência, eram membros respeitados na família e na comunidade. O empobrecimento, a perda de papéis sociais e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam os velhos a uma existência sem significado.

Pesquisas recentes sobre a velhice exigiram uma revisão dessas concepções. Hoje há um acordo entre os historiadores, considerando-se que, dada a precariedade dos dados disponíveis, é muito limitado o conhecimento que se pode obter da situação dos velhos, em períodos históricos distantes ou mesmo em épocas relativamente próximas, de modo que a idéia de uma Idade de Ouro da velhice não se sustenta. As etnografias sobre a experiência de envelhecimento, em sociedades ditas primitivas, mostram que nelas a solidão não é um aspecto da experiência de envelhecimento; contudo, não se pode dizer que a velhice, nessas sociedades, seja uma experiência gratificante para todos os velhos, mas dependerá das posições de poder e prestígio ocupadas pelas pessoas ao longo da vida. Da mesma forma, estudos comparativos sobre renda, grupos etários e ciclo de vida nas sociedades ocidentais contemporâneas rediscutem a idéia de que a pauperização caracteriza a experiência de aposentadoria, especialmente nos momentos em que o desemprego ou o subemprego atingem proporções alarmantes. A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos mais velhos direitos sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, sobretudo os jovens. (2)

A segunda condição está relacionada com o modo pelo qual as concepções sobre o corpo e a saúde são reelaboradas nas sociedades ocidentais contemporâneas. A cultura do consumidor, de acordo com Featherstone (1992), prende-se a uma

concepção autopreservacionista do corpo que encoraja os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deterioração e a decadência (aplaudida pela burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal) e agrega a essa concepção a noção de que o corpo é um veículo do prazer e da auto-expressão (p. 170).

Disciplina e hedonismo combinam-se na medida em que as qualidades do corpo são tidas como plásticas, e os indivíduos são convencidos a assumir a responsabilidade pela sua própria aparência. A publicidade, os manuais de auto-ajuda e as receitas dos especialistas em saúde estão empenhados em mostrar que as imperfeições do corpo não são naturais nem imutáveis, e que, com esforço e trabalho corporal disciplinado, pode-se conquistar a aparência desejada. Os indivíduos não são

apenas monitorados para exercer uma vigilância constante do corpo, mas são responsabilizados pela sua própria saúde, através da idéia de doenças auto-inflingidas, resultantes de abusos corporais como a bebida, o fumo, a falta de exercícios.

A suposição de que a boa aparência seja igual ao bem-estar, de que aqueles que conservam seus corpos com dietas, exercício e outros cuidados viverão mais, demanda de cada indivíduo- uma boa quantidade de "hedonismo calculado", encorajando a autovigilância da saúde corporal e da boa aparência.

A recompensa pelo corpo ascético não é a salvação espiritual, mas a aparência embelezada, um eu mais disputado. No ideário místico e religioso, como mostra Turner (1992), as concepções sobre a vida sóbria e temperada tinham como referência uma defesa contra as tentações da carne. Nesse novo ideário, a subjugação do corpo através das rotinas de manutenção corporal é a precondição para a conquista de uma aparência mais aceitável, para a liberação da capacidade expressiva do corpo. As rugas ou a flacidez transformam-se em indícios de lassitude moral e devem ser tratadas com a ajuda dos cosméticos, da ginástica, das vitaminas, da indústria do rejuvenescimento.

A terceira condição tem a ver com mudanças no aparelho produtivo, que levaram a uma ampliação das camadas médias assalariadas, e com os novos padrões de aposentadoria que englobam, entre os aposentados, um contingente cada vez mais jovem da população, redefinindo formas de consumo e o caráter das demandas políticas relacionadas com a aposentadoria.

A aposentadoria deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo.

Essa nova estrutura do mercado de empregos é concomitante à criação de uma série de etapas intermediárias entre a vida adulta e a velhice, como a "meia-idade", a "terceira idade", a "aposentadoria ativa". Uma nova linguagem pública, empenhada em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na desconstrução das idades cronológicas como marcadores pertinentes de comportamentos e estilos de vida. Uma parafernália de receitas envolvendo técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, medicamentos, bailes e outras formas de lazer é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres em estágios mais avançados da vida. Meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa não são interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice; indicam, antes, estágios propícios para a satisfação pessoal, o prazer, a realização de sonhos adiados em outras etapas da vida. Se a modernidade, como mostrou Ariès (1981) em seu estudo sobre a *História social da família e da criança*, assistiu à emergência de etapas intermediárias entre a infância e a idade adulta, assistimos, atualmente, a uma proliferação de etapas intermediárias de envelhecimento.

Essas mudanças no curso da vida adulta indicam transformações na maneira como a vida como um todo é periodizada. Com a expressão "curso da vida pós-moderno", Moody (1993) descreve um contexto marcado pelo apagamento dos comportamentos tidos como adequados às diferentes categorias de idade. Para Held (1986), a "descronologização da vida" caracterizaria a experiência contemporânea. Para Meyerowitz (1985), a criação de uma "sociedade unitária" é a expressão do impacto da mídia eletrônica no comportamento social. Para Boutinet (1995), a idéia de "*generation gap*" perdeu sentido e deveria ser substituída pela de embaçamento das classes de idade quando está em jogo o estudo das gerações.

A criação da terceira idade é também acompanhada de um interesse crescente na complexificação de outros momentos da vida adulta.

Na introdução de seu livro *Passagens - crises previsíveis da vida adulta*, Sheehy (1991) faz as seguintes considerações antes de tratar das várias etapas em que se desdobra a experiência dos adultos:

Os estudos de desenvolvimento infantil já descreveram todas as nuances do crescimento e nos proporcionaram rótulos convenientes, como "idade terrível", com referência aos dois anos, e "idade do barulho", com relação aos nove. A adolescência já foi decifrada a tal ponto que perdeu a maior parte do encanto de ser um período difícil. Entretanto, depois de uma documentação meticulosa de nossos períodos de desenvolvimento da personalidade, até a idade de 18 ou 20 anos, não há mais nada. Passada a marca dos 21 anos, com exceção dos médicos, que se interessam apenas em nossa gradual decadência física, ficamos sem ter orientação na viagem declinante em direção à senectude, ponto esse em que passamos a ser acompanhados pelos gerontologistas (Sheehy, 1991, p. 14).

Esse livro, à maneira dos manuais de autoajuda, tem como objetivo desmistificar o jargão profissional e

colocar uma arte vivida e saneadora de autoexame ao alcance de pessoas que (...) estavam se descobrindo presas dos espinhos do crescimento mas que, sem disporem de um guia, culpavam a si ou a outras pessoas. (p. 14).

Nele a vida adulta é segmentada em quatro períodos sucessivos - os vinte e "a penosa destruição das raízes"; os trinta, "o ardil-30"; os quarenta, "o enraizamento e a expansão"; e os cinquenta e "a década fatal". Com base em 115 entrevistas com indivíduos das classes médias americanas, problemas específicos a cada uma dessas etapas e formas inovadoras de resolvê-los são descritos. Publicado nos Estados Unidos em 1976, depois de três anos de pesquisas, o livro transformou-se em *best seller*, abrindo espaço para um número crescente de publicações preocupadas em trazer para o grande público uma visão mais nuançada da vida adulta como um todo ou de uma de suas etapas com seus problemas e soluções. Os horizontes do ser adulto, nessas publicações, já não são mais concebidos como envolvendo uma viagem declinante em direção à senectude. A "década fatal" pode ser um período "de renovação ou de resignação", uma época "ao mesmo tempo de perigo e de oportunidade", porque todos nós temos chance de moldar novamente a estreita unidade com a qual nos definimos na primeira metade da vida. (...) Desfazendo o nosso eu, podemos vislumbrar a luz e juntar nossas partes de novo, construindo uma nova personalidade" (p. 43).

A expressão "idade da loba" - que Lemos (1995) consagrou no Brasil para descrever a mulher de 40 anos - não deixa dúvidas de que essa pode ser a melhor metade da vida. Trazendo relatos de 96 mulheres, essa faixa etária é apresentada como um momento especial para a descoberta de novas potencialidades, para o exercício da sedução, para a estréia no papel de mãe ou de profissional, para a inauguração de novos projetos e realização de outros que tiveram de ser adiados.

Para autores como Boutinet (1995), em *L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle*, pensar nas características da vida adulta contemporânea é, pelo contrário, traçar um quadro sombrio. A idéia de autonomia que caracterizava essa etapa é substituída pela situação de precariedade e dependência, que marca desde a formação profissional, que deve ser ininterruptamente continuada, até as crises pessoais envolvidas em um sem-número de escolhas sempre presentes. O mundo, de acordo com esse autor, assiste, por um lado, a uma liberação precoce dos indivíduos da situação infantil e adolescente (com a diminuição da idade de maioridade cívica, por exemplo,) e, por outro, a uma infantilização da vida adulta. O adulto é ameaçado de dupla precariedade: de um lado, uma juventude interminável, de outro, a aposentadoria precoce; por essa razão, o "adulto ativo é cada vez mais um ideal e cada vez menos uma realidade" (1995, p. 90). Quando as esferas ideológicas e religiosas, a família e a profissão não representam mais pólos

de identificação, conclui o autor, a desilusão pode assumir formas variadas que vão desde a indiferença até o famoso *burra out*, a exaustão do profissional num ativismo desenfreado.

Para Featherstone (1994), a "estetização da vida", própria da cultura pós-moderna, tem uma marca geracional precisa: a geração 45, os *baby boomers*, hoje na meia-idade. A visão do declínio da vida pública e da tirania da intimidade - que produz uma cultura em que impera o narcisismo, como querem Lasch (1991) e Sennett (1988); ou, pelo contrário, da alta modernidade, envolvendo um projeto reflexivo do eu em sintonia com uma sociedade mais democrática, como sugere Giddens (1992) - é, para Featherstone, uma expressão típica dos *baby boomers*. Estes foram ativos na recriação de valores e estilos ao longo das etapas por que passaram e hoje não estão apenas empenhados na redefinição dos estágios mais avançados da vida, mas também ocupam posições-chave na produção, divulgação e consumo de bens identificados com a pós-modernidade. A marca característica desses bens - que leva autores como Giddens a enfatizar seu caráter libertário e afinado com uma sociedade mais justa - é a promessa de que é possível escapar de todo tipo de determinismos e, portanto, dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades.

Pensar nessas questões obviamente requer estudos minuciosos sobre diferentes segmentos geracionais. Mas, sem dúvida, uma das marcas da cultura contemporânea é a criação de uma série de etapas no interior da vida adulta ou no interior desse espaço que separa a juventude da velhice, como a "meia-idade", a "idade da loba", a "terceira idade", a "aposentadoria ativa". É próprio de cada uma dessas novas etapas desafiar comportamentos convencionalmente considerados como expressão da maturidade, como um estágio claramente definido que deve ser conservado ou ao qual todos devem ascender. Trata-se antes de encorajar a variedade de experiências em um contexto em que a idade cronológica é pura maleabilidade, receptáculo de um número praticamente ilimitado de significações e, por isso, um mecanismo extremamente eficiente na constituição de novos mercados de consumo e de atores políticos.

As novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro, como mostrarei a seguir, são ativas na revisão dos estereótipos pelos quais as etapas mais avançadas da vida são tratadas. Essas imagens também oferecem um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer idade. Elas possibilitaram, ainda, a abertura de espaços para que novas experiências pudessem ser vividas coletivamente. Neles, é possível buscar a auto-expressão e explorar identidades de um modo que era exclusivo da juventude. Esses espaços estão sendo rapidamente ocupados pelos mais velhos.

Olhar para esses eventos associados à emergência de etapas intermediárias entre a vida adulta e a velhice é, sem dúvida, aplaudir o lado gratificante do curso da vida pós-moderno, que não apenas permite, mas também encoraja a variedade e diferença.

Seria, contudo, ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. As oposições entre o *jovem velho* e o *jovem jovem* e entre o *velho jovem* e o *velho velho* parecem ter se constituído em formas privilegiadas de estabelecer laços simbólicos entre indivíduos, em um mundo em que a obliteração das fronteiras entre os grupos é acompanhada de uma afirmação, cada vez mais intensa, da heterogeneidade e das particularidades locais.

O curso da vida como construção social e cultural não pode ser entendido como algo que os seres humanos podem fazer e refazer, um processo que não impõe limites à criatividade e ao qual qualquer sentido pode ser atribuído. É preciso olhar, com mais atenção, para os limites que a nossa sociedade coloca à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza.

A transformação das etapas mais avançadas da vida em momentos propícios para a realização pessoal; o fato de os mais velhos constituírem o grupo que, em todas as classes sociais, tende a ter maior disponibilidade para o consumo; e as concepções autopreservacionistas do corpo dão novos significados à experiência de envelhecimento. O idoso transforma-se em um novo ator que não está mais ausente dos discursos que tratam dos desafios que a nação enfrenta, nem das plataformas dos partidos. É um ator que também está presente na definição de novos mercados de consumo e formas de lazer.

A visibilidade alcançada pela velhice exige reformulações das representações próprias do discurso gerontológico, empenhado em denunciar o descaso com que ela é tratada. Entretanto, ao ressaltar formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento não se pode minimizar a velhice abandonada e dependente, transformando-a em consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de estilos de vida e formas de consumo inadequadas.

Discurso gerontológico e demandas políticas

Essas novas representações sobre o envelhecimento surpreendem o discurso gerontológico brasileiro, empenhado em transformá-lo em uma questão política ou em propor práticas que promovam uma velhice bem-sucedida. Por isso, esse discurso tem como uma de suas pedras de toque, denunciar a "conspiração do silêncio" como a forma característica do tratamento dado aos velhos no país. Essa denúncia é organizada em função de quatro elementos recorrentes.

O primeiro é a iminência de uma explosão demográfica, que exigirá o aumento dos gastos públicos para atender às demandas da população idosa. Os dados demográficos são usados não apenas para traçar o perfil atual da população idosa brasileira que, em 1980, representava 6,1% da população total do país, mas sobretudo para enfatizar projeções para o futuro próximo: a partir do ano 2000, a população brasileira de 60 anos ou mais estará crescendo a taxas oito vezes superiores às taxas de crescimento da população jovem; o Brasil será o quinto ou sexto país com maior população idosa no mundo. Os custos do envelhecimento populacional fornecem um quadro alarmante e desafiador para a sociedade civil e para o Estado, especialmente num país que ainda se autodefine como "de jovens" e, nesses termos, reflete sobre suas potencialidades e problemas.

O segundo elemento que organiza o discurso gerontológico é uma crítica ao capitalismo, à forma selvagem como o sistema econômico impõe-se no contexto brasileiro. O velho, por não se constituir em mão-de-obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade. A miséria e exclusão, que acompanham vastos segmentos da população brasileira, tornam-se mais amargas na velhice.

O terceiro traz uma crítica à cultura brasileira, que tenderia a valorizar o jovem e o que é novo. Uma cultura mais preocupada em incorporar as últimas novidades produzidas no exterior do que em olhar para suas próprias tradições. A idéia de um país sem memória, que despreza seu passado, usada por historiadores e políticos, é para o discurso gerontológico a prova do descaso com que o velho é tratado pela sociedade. Sua contribuição social mais preciosa - a experiência e a memória - é menosprezada pelos mais jovens.

O quarto diz respeito ao Estado. A modernização nos países de capitalismo avançado foi acompanhada por um declínio da família extensa, mas correspondeu também à criação do "welfare state". No Brasil, esse declínio, combinado com um Estado incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população, deixa os idosos em situação de extrema vulnerabilidade. Os mecanismos tradicionais de amparo à velhice desfazem-se; sem que novos mecanismos de proteção social tenham sido desenvolvidos. Além disso, aos problemas próprios do envelhecimento somam-se os problemas de uma população cuja experiência, ao longo de toda as etapas da vida, foi marcada por condições de vida amplamente desfavoráveis, que tendem a se agravar na velhice. A pobreza e a miséria da população brasileira em geral tornam-se, então, paradigmáticas na velhice.

Esses quatro elementos são fundamentais na construção da imagem do velho brasileiro como vítima do sofrimento. Um ser discriminado, empobrecido, isolado, dependente da família ou do Estado, em crise de identidade, com um atestado prematuro de óbito físico e social.

É difícil saber em que medida o discurso de especialistas pode influenciar um conjunto de práticas sociais e em que medida o discurso gerontológico influenciou as políticas voltadas para essa população. O fato é que, desde os anos 80, as questões relacionadas com a velhice ocupam cada vez mais espaço entre os temas que preocupam a sociedade brasileira.

Esse interesse evidencia-se em três tipos de manifestações que, ativas na redefinição das representações sobre os idosos, exigem reformulações das imagens do envelhecimento produzidas pelo discurso gerontológico: as pesquisas acadêmicas que buscam compreender as práticas cotidianas desenvolvidas pelos mais velhos e as representações que eles fazem de sua experiência; a abertura de espaços em agências governamentais e organizações privadas para iniciativas destinadas a assegurar um envelhecimento bem-sucedido; o tratamento cada vez mais amplo que o idoso e seus problemas recebem na mídia.

As pesquisas e o idoso como fonte de recursos

Um aumento crescente no número de pesquisas voltadas para o estudo de diferentes dimensões dos problemas envolvidos no envelhecimento marca a última década. O programa da IX Jornada Brasileira de Geriatria e Gerontologia, organizada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, em Goiás, de 27 a 30 de outubro de 1996, dá uma idéia do dinamismo da produção na área. Participaram do encontro seis convidados internacionais e 108 convidados do Brasil, na condição de conferencistas, expositores, comentadores e moderadores de mesas, organizadores de painéis ou simpósios; 379 participantes apresentaram trabalhos nas outras sessões, assim distribuídas: 25 dedicadas a temas livres de Geriatria, 25 a temas livres de Gerontologia, 60 *posters* em Geriatria e 59 *posters* em Gerontologia (3).

É difícil fazer justiça em uma área que hoje conta com uma produção bastante grande. Mas pode-se dizer, de maneira geral, que a tendência das pesquisas em Gerontologia é a substituição de uma abordagem que caracterizava o idoso como "fonte de miséria" por uma perspectiva do idoso como "fonte de recursos".(4)

A representação do idoso como "fonte de recursos" foi uma resposta aos resultados das pesquisas que mostravam que os mais jovens tendiam a superestimar a realidade problemática dos mais velhos. Especialmente as pesquisas de cunho qualitativo, realizadas com grupos de idosos, indicavam que os velhos projetavam uma imagem muito mais positiva da sua situação do que aquela que servia de pressuposto à teoria gerontológica. Revelavam não apenas que o conhecimento dos pesquisadores sobre a realidade dos velhos era muito vago e carregado de pessimismo, mas também que a gerontologia alimentava uma série de mitos relacionados com essas imagens negativas.

A substituição da perspectiva da miséria pela perspectiva do idoso como fonte de recursos não é feita sem dificuldades.

As concepções ancoradas em visões pessimistas da velhice têm muita vitalidade, permanecendo de maneira engenhosa como fundamento teórico, mesmo quando os dados exigem uma revisão da perspectiva da miséria. Assim, por exemplo, quando as pesquisas revelam um bom nível de integração social e contatos frequentes dos idosos com seus filhos, conclui-se que os processos de urbanização e industrialização têm efeitos negativos na experiência dos mais velhos, mas que só se fazem sentir depois de algumas gerações. Salvase a teoria com o argumento de que os efeitos que ela pressupõe não tiveram tempo de se tornar aparentes. O mesmo ocorre no tratamento da aposentadoria. O pressuposto é de que o abandono do trabalho leva a uma situação traumática que envolve a perda da auto-identidade e do equilíbrio psicológico. É um pressuposto tão fortemente sedimentado na Gerontologia que, quando os dados contradizem os efeitos negativos esperados da aposentadoria, a tendência é apontar para erros na metodologia empregada na pesquisa, antes de discutir se a teoria é ou não correta.

A perspectiva do idoso como "fonte de recursos" aparentemente parte de pressupostos opostos à perspectiva da miséria. Os estereótipos do abandono e da solidão, que caracterizariam a experiência de envelhecimento, são substituídos pela imagem dos idosos como seres ativos, capazes de oferecer respostas criativas ao conjunto de mudanças sociais que redefinem essa experiência. Novas formas de sociabilidade e de lazer marcariam essa etapa da vida, reciclando identidades anteriores e redefinindo as relações com a família e parentes.

Entretanto, não está ausente da perspectiva do idoso como "fonte de recursos" a criação de um novo ideal de produtividade que emerge de um conjunto de receitas que ensinam, aos que não querem se sentir velhos, a maneira adequada de dirigir a vida e participar de atividades preventivas. São considerados seres problemáticos, que necessitam de motivação, os aposentados e os velhos que não se empenham em desenvolver uma nova carreira ou um novo conjunto de atividades de lazer ou, ainda, que não se envolveram ativamente em programas voltados para a terceira idade.

Os programas e a terceira idade como experiência coletiva

Na expressão "programas para a terceira idade", estou englobando um conjunto bastante diversificado de iniciativas de agências públicas e privadas voltadas para a população de mais idade, como, por, exemplo, os "grupos de convivência de idosos", "escolas abertas" e "universidades" para a terceira idade.

Os Programas para a Terceira Idade são exemplos utilizados pela mídia e pelos especialistas em Gerontologia, para demonstrar que a experiência de envelhecimento pode ser vivida de maneira inovadora e gratificante.

Alguns programas para idosos foram implementados na década de 60. Nos anos 90, entretanto, eles proliferaram nas cidades brasileiras. Conselhos e comissões são criados para orientar a administração pública com propostas de medidas para melhorar a qualidade de vida da população idosa, mesmo em municípios muito pobres e em que a população com 60 anos ou mais é relativamente pequena.

No Brasil, três organizações foram pioneiras nessa área: a LBA (Legião Brasileira de Assistência), hoje extinta; o SESC (Serviço Social do Comércio); e as Universidades para a Terceira Idade, com experiências criadas no interior das universidades públicas e privadas, como é o caso da PUC-Campinas, e hoje presentes em várias universidades nas diferentes regiões do país.(5)

Os três programas estão abertos a todos os idosos, mas congregam indivíduos com perfis sócio-econômicos distintos: os programas da LBA mobilizavam, sobretudo, setores de classes populares, enquanto o SESC e as universidades têm um público de setores médios e altos. Ou seja, se cada programa tende a mobilizar públicos específicos do ponto de vista de formas de consumo, não se pode dizer que a participação em programas seja exclusiva de grupos com situação privilegiada do ponto de vista da renda.

Nos programas, a participação masculina raramente ultrapassa os 20%, de forma que somos tentados a pensar que a terceira idade no Brasil é uma experiência essencialmente feminina.

Os dados sobre o perfil do público mobilizado indicam que ele é relativamente jovem do ponto de vista da idade cronológica. É rara a participação de indivíduos com 70 anos ou mais. Trata-se de um público funcionalmente independente, o que permite a participação em atividades como festas, bailes, coral, que fazem parte das atividades propostas, inclusive nas Universidades para a Terceira Idade.

Nos diferentes programas, as atividades desenvolvidas são organizadas por especialistas com formação ou treinamento em Gerontologia. Embora essas atividades tenham diferenças, em termos de recursos disponíveis em cada uma das instituições e em função das características e do tipo de envolvimento dos coordenadores, elas, em geral, envolvem trabalhos manuais, bailes, passeios e excursões, ginástica. Nas universidades, é dada maior ênfase a aulas e conferências.

Apesar da diversidade, a tônica geral dos programas é a tentativa de rever estereótipos e preconceitos por meio dos quais se supõe que a velhice seja tratada na nossa sociedade. Os programas são inspirados no Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento e concebem o idoso

como um todo integrado, necessitando de um atendimento médico especializado e que, ao mesmo tempo, busca reencontrar seu lugar na sociedade, recuperando, assim, a sua auto-estima (apud Prata, 1990).

O que impressiona, entretanto, é o sucesso desses programas na produção de uma nova sensibilidade, e a forma como ela é vivida pelo público mobilizado. Mattos (1990) usa o termo "faceirice" para caracterizar a forma pela qual mulheres de classes populares de um Grupo de Convivência da LBA, em Porto Alegre, reconstruíam sua identidade feminina e participavam com entusiasmo e satisfação dos bailes, excursões e outras atividades propostas.

Guerreiro (1993) mostra, no estudo realizado sobre a Universidade para a Terceira Idade da PUC-Campinas, que o perfil dos alunos é muito semelhante ao de outras instituições do mesmo tipo: mulheres (80% dos participantes), casadas (55%), relativamente jovens (70% tem 65 anos ou menos) e que, além da Universidade, participam de uma série de outras atividades, em especial de cunho filantrópico. A autora conclui que os alunos estão muito distantes da imagem do idoso em crise, solitário e inativo, vivendo em condições precárias e em uma situação de perda. Se a solidão é uma das razões que levam à participação na Universidade, ela tem que ser mais bem qualificada. A Universidade oferece a seus participantes a possibilidade de ampliação do círculo de amigos com um grupo específico de pessoas, especialmente com aquelas interessadas, a partir de uma certa idade, em ampliar sua instrução e ilustração. Os alunos da Universidade, apesar da luta empreendida pelo corpo de professores contra os estigmas e discriminações que vitimizam o velho, não perdem uma oportunidade de se distinguir das outras pessoas de mais idade, dos velhos em geral. E freqüentemente tratam esses últimos com o conjunto de estereótipos associados à velhice, enquanto os velhos muito velhos são transformados em objetos de uma ação filantrópica (Guerreiro, 1993).

A construção de uma imagem positiva do envelhecimento entre os alunos não tem como referência a idéia dos velhos como detentores da sabedoria e da experiência. É antes a disponibilidade para o aprendizado e para novas experiências que dá uma identidade ao grupo e uma particularidade ao envelhecimento de cada um.

Os programas oferecem um espaço em que a reformulação de padrões tradicionais de envelhecimento possam ser uma experiência coletiva, e participar deles ativamente significa viver intensamente uma nova etapa da vida, um momento propício para a exploração de identidades e de novas formas de auto-expressão.

O entusiasmo dos estudantes contrasta com o desânimo dos próprios profissionais que trabalham nesses programas, que não se cansam de apontar a defasagem entre os objetivos pretendidos e a dificuldade de executá-los de maneira adequada, dada a carência de todos os tipos de recursos. Nos discursos dos profissionais, as potencialidades do avanço da idade estão sempre combinadas com a imagem dos velhos como vítimas do desrespeito, da miséria, do abandono por parte da família e do Estado. Os participantes dos programas, pelo contrário, procuram demonstrar, a cada gesto, que vivem uma experiência em que essas potencialidades estão plenamente realizadas.

Não seria incorreto dizer que, no Brasil, existe hoje um *know-how* nessa área. Apesar das diferenças no interior dos programas, a comunicação entre seus coordenadores é feita com relativa facilidade, e as experiências são reproduzidas em lugares bastante distantes. Da mesma forma, os participantes, com relativa facilidade, têm informações sobre atividades para a terceira idade desenvolvidas em outros centros e, com frequência, propõem reformulações das práticas propostas, sugerindo programações e atividades realizadas com sucesso em outros lugares.

A mídia e a envelhecimento como um novo mercado de consumo

A celebração da terceira idade não é exclusiva dos programas voltados para a população mais velha. Está presente em outras manifestações como, por exemplo, nas revistas femininas de classes média e alta. Pires (1993), em sua análise sobre esses periódicos, mostra que imagens distintas do envelhecimento são produzidas. Nos contextos em que as transformações físicas desse período são abordadas, as revistas tendem a convocar todas as mulheres, mesmo as que ainda não entraram na idade adulta, para uma verdadeira batalha contra o avanço da idade, oferecendo uma série de procedimentos capazes de evitar ou retardar o envelhecimento. Contudo, nos contextos em que os velhos ou a velhice são abordados como uma situação de fato, trata-se de mostrar que esse é um período especial para a realização pessoal dos indivíduos. Homens e mulheres de mais idade são apresentados aos leitores como indivíduos que, depois de velhos, encontraram uma nova carreira profissional ou realizam uma série de atividades, concretizando sonhos alimentados desde a juventude e adiados diante das obrigações que a vida adulta impõe. As mulheres especialmente, com uma série de atividades que envolvem a manutenção corporal, como dança e ginástica, redescobrem seu próprio corpo e sentem-se rejuvenescidas.

A representação dos velhos construída nas revistas é, invariavelmente, a de indivíduos independentes dos filhos e parentes, ativos, capazes de encontrar uma série de atividades novas e atraentes nessa etapa da vida. Nessas revistas, a velhice não é apenas o momento em que satisfação e prazer atingem o auge, mas também o momento em que a mulher, liberada dos papéis sociais próprios das fases anteriores da vida, pode enfim se dedicar à realização pessoal. Pires também mostra que é comum essas publicações operarem uma periodização da vida, criando etapas que exigem cuidados específicos com o corpo e adoção de estilos de viver que garantam uma preparação adequada para a etapa seguinte. Providências adrede tomadas são a garantia da eterna juventude, do prazer e da realização pessoal na velhice.

A velhice nas revistas não é, portanto, a fase mais dramática da vida nem o momento em que o velho é relegado ao abandono, ao desprezo e ao desdém. As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado de consumo em que a promessa da eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens da doença, da decadência física e da dependência como destino inevitável dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e de consumo de bens específicos, que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder.

É comum entre os pesquisadores de mercados de consumo a consideração de que o idoso no Brasil - ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e em países da Europa - não representa um mercado de consumo significativo. Mas, como mostra Calabi (1994), a tendência das pesquisas nos anos 70 foi ampliar o recorte etário na população mais velha: se até essa data a faixa etária mais velha correspondia aos indivíduos de "40 anos ou mais", hoje ela corresponde aos de "60 anos ou mais". A autora mostra, ainda, que o fato de a personagem de mais idade ocupar um espaço cada vez maior nos anúncios publicitários não significa que o público-alvo dos produtos anunciados sejam os mais velhos. Nesses anúncios, a personagem de mais idade pode acionar uma multiplicidade de significados, como a confiabilidade e a tradição de um determinado alimento; a diferença entre investimentos a longo prazo, bem ou mal-sucedidos; a agilidade de alguns produtos que facilitam a manutenção das obrigações de filhos adultos para com seus pais mais velhos. O que impressiona a autora, entretanto, é que a personagem de mais idade é também objeto para a atualização de outros significados, como a rebeldia, a contestação e a subversão de padrões sociais, o hedonismo. Na propaganda da margarina, por exemplo, a vovó, surpreendida pela família na cama com um velhinho, diz para filhos e netos que não se preocupem, porque ela vai se casar; na de fundos de investimento, a cena de um casamento tem no noivo/investidor bem-sucedido um homem velho que está casando com uma jovem que poderia ser sua filha; na do microondas, uma velhinha afirma que o produto permite uma economia de tempo para fazer coisas mais agradáveis como, por exemplo, sexo; na de um shampoo para crianças, um casal de velhos se ensaboa numa banheira.

Os publicitários explicam o uso dos velhos na publicidade alegando, entre outras coisas, que o choque que essas imagens provocam, invertendo o que acontece na vida real, ou que o aspiracional (como a dona de casa na meia-idade, que compra a margarina, gostaria que fosse sua velhice) são o segredo do sucesso de uma propaganda. Essas imagens, entretanto, têm um papel ativo na definição de novos padrões de envelhecimento.

Obviamente o drama da velhice não está ausente da mídia. O tamanho das filas para o recebimento da aposentadoria e a demora no atendimento dos direitos dos aposentados são exemplos que retratam a condição de miséria e vulnerabilidade dos mais velhos. Mas os militantes do movimento dos aposentados apresentados pelos jornais e televisão confrontam essas idéias, mostrando-se bem articulados e empenhados em exibir o quanto são ativos, lúcidos, participantes e prontamente capazes de responder adequadamente a todo o tipo de preconceito e discriminação por parte do Estado e dos políticos.

A precariedade da situação dos asilos é outro modo de retratar o drama da velhice. Contudo, abordar essa questão é, imediatamente, contrapô-la à situação de outros velhos que, mesmo em idade muito avançada, redefiniram suas vidas, encontraram formas inovadoras de auto-expressão, realizaram sonhos abandonados. Também é parte da narrativa da mídia convidar gerontólogos e especialmente geriatras para discorrerem sobre os avanços da ciência no tratamento da velhice e entusiasamá-los com propostas simples e baratas, que são apresentadas como se ela pudesse ser eternamente adiada.

Em um país em que os direitos básicos do cidadão são tão desrespeitados, a universalização do direito à aposentadoria, mesmo não sendo mais do que um salário mínimo, significou uma conquista social importante. Cabral (1986), estudando os trabalhadores rurais na Paraíba, um dos Estados mais pobres do país, mostra o significado que esse benefício teve para uma população que, a partir dos 65 anos, pela primeira vez, passa a ter direitos legalmente assegurados. As relações de trabalho em que até então essa população esteve envolvida eram baseadas em relações de dependência. É apenas com os benefícios da aposentadoria que, pela primeira vez, muitos viesses trabalhadores rurais ensaiam a assinatura do próprio nome e descobrem os direitos de cidadania.

Os resultados das pesquisas, que procurei resumir, apresentam um conjunto de discursos amplamente divulgados, dispostos a produzir novas representações do envelhecimento, operando revisões de estereótipos, oferecendo um quadro mais gratificante da velhice. Essas pesquisas mostram, também, que espaços estão sendo criados para que novas experiências de envelhecimento possam ser vividas coletivamente, e que esses espaços são rapidamente ocupados pela população de mais idade. Esses resultados exigem que o envelhecimento seja concebido como uma experiência heterogênea e que se leve em conta o remapeamento do curso da vida que vem acompanhando as transformações na dinâmica demográfica brasileira.

As novas formas de exclusão da velhice

Tratar da velhice no Brasil não é tarefa fácil. Os gerontólogos traçaram o perfil do idoso como vítima da miséria; entretanto, o idoso pesquisado e divulgado pelos meios de comunicação é um ser ativo, lúcido, participante, pronto para viver um dos momentos mais felizes de sua vida, em que o único dever é a realização pessoal. A perspectiva da miséria foi, sem dúvida, fundamental para a transformação do idoso em um ator político, tornando a sociedade brasileira mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e com a aposentadoria. O próprio da criação de um ator político é o estabelecimento de laços simbólicos capazes de forjar uma identidade entre indivíduos que, sob uma série de outros aspectos, são heterogêneos.

A diversidade de situações dos idosos no país, que as pesquisas retrataram com muita sensibilidade, e o fato de os idosos publicamente visíveis não serem os mais carentes criam um impasse para os gerontólogos. Trata-se de propor ações que beneficiem os mais fragilizados, mas não é esse o perfil dos velhos que essas ações mobilizam e que ganha visibilidade na mídia.

O contraste entre representações distintas do envelhecimento e o interesse social pelas tecnologias de rejuvenescimento leva os gerontólogos a negarem seu próprio objeto de estudo e intervenção. De participantes ativos na transformação do idoso em um ator político, vêm-se transformados, especialmente pela mídia, em divulgadores de uma parafernália de receitas a indicar como os que não querem ser velhos devem agir.

Para mostrar como essa transformação é operada bastaria citar algumas frases de geriatras, transcritas em uma das várias reportagens em que eles são chamados a opinar sobre os problemas da velhice.(7)

O mau humor e a depressão, comuns entre os velhos, são conseqüências, não causas, de uma vida mal administrada, diz o professor...

O pesquisador (...) realizou testes e provou que uma pessoa de 70 anos que faz exercícios físicos regulares pode ter o mesmo desempenho físico de uma sedentária de 30.

No mais, o importante é prevenir. O geriatra não é um médico especializado em tratar velhos acabados, explica o especialista (...) Na verdade, o que há de mais moderno na geriatria é

justamente a parte da prevenção. Esta envolve algumas recomendações fundamentais. Uma atitude positiva perante a vida, por exemplo, é essencial.

Outra dica importante é fazer exercícios, o pesquisador (...) descobriu que pessoas que nunca haviam feito ginástica tiveram ganhos impressionantes na sua massa muscular em apenas três meses, depois do início de um programa de exercícios. (...) manter-se em atividade reduz a degeneração dos neurotransmissores, os responsáveis pelo encaminhamento das informações através do sistema nervoso, e reduzem o risco do aparecimento de problemas mentais como a esquizofrenia.

Milagres, porém, não existem. "Um bom médico vai sugerir a um idoso, para que ele envelheça com boa saúde, exercícios e exames periódicos de colesterol, não receitar vitaminas (...) pois ainda não foi inventada a juventude em cápsulas. E nunca será, talvez. O que significa que quem quiser ter uma velhice melhor vai ter de trabalhar para isso.

O reconhecimento da pluralidade de experiências de envelhecimento não implica supor que a dependência não seja a condição natural dos que ficam velhos nem propor que não haja limites ao investimento cultural e tecnológico nos processos biológicos. O envelhecimento bem-sucedido e inovador não pode fechar o espaço para a velhice abandonada e dependente, nem transformá-la em consequência do descuido pessoal. A idéia do idoso como uma fonte de recursos não pode nos levar a responsabilizar os indivíduos pela perda de habilidades e controles físicos e emocionais que o processo de envelhecimento desencadeia.

Quando pensamos na velhice, é importante, especialmente em um contexto como o brasileiro, levar em conta sua relação com as hierarquias sociais envolvidas no uso das tecnologias de rejuvenescimento e sua transformação em um perigo para a reprodução da vida social. Num contexto em que o desemprego e o subemprego atingem contingentes cada vez maiores da população mais jovem, os custos implicados na velhice, especialmente aqueles envolvidos nas fases mais avançadas da vida, crescem na mesma proporção dos avanços tecnológicos postos em ação para prolongar a vida humana. A imaginação dos experts em contabilidade pública não vai além da sugestão de que três tipos de medidas devem ser tomadas simultaneamente para garantir a viabilidade dos sistema: diminuição dos gastos públicos, aumento dos impostos e diminuição dos vencimentos e das idades da aposentadoria.

É muito difícil saber se a velhice permanecerá sendo um segredo desagradável que, como Elias (1987) mostrou, não queremos conhecer e para o qual encontramos formas cada vez mais sofisticadas de negar existência. É possível, também, como faz Featherstone (1994) sugerir possibilidades de caminhos alternativos para enfrentá-la. O sonho de que os avanços na pesquisa científica ofereçam soluções para o envelhecimento das células humanas ou de que a tecnologia encontre formas capazes de minimizar os problemas da dependência na velhice ganha cada vez mais concretude.

O crescimento do número de aposentados foi acompanhado do aumento do seu poder político, de sua capacidade de exigir mais e implementar demandas políticas. Serão os velhos vistos como seres inativos, cujo único compromisso é desfrutar dos prazeres da vida? Serão as conquistas sociais da velhice vistas como prerrogativas de seres injustamente privilegiados que consomem, de maneira avassaladora, tanto as heranças que poderiam ser alocadas para grupos mais jovens na família quanto os recursos públicos que deveriam ser distribuídos para outros setores da sociedade?

Transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual é no contexto brasileiro propor a redefinição de políticas públicas muito precárias, é intensificar nossas hierarquias sociais,

é, em suma, recusar a solidariedade entre gerações, o que é um fundamento da vida social, da mesma forma que a universalização da aposentadoria é um dos fundamentos dos Estados modernos.

Discussão

A descrição do modo pelo qual socialização e reprivatização do envelhecimento se combinam no contexto brasileiro permitem enunciar três ordens de questões que, considero, mereceriam uma discussão mais demorada.

1) O modo pelo qual as ciências sociais de uma maneira geral, e a antropologia em particular, estabelecem um diálogo com as ciências biológicas. No caso específico da Gerontologia, Stucchi (1994) - no histórico que faz sobre a Associação Brasileira de Geriatria e Gerontologia - mostra os confrontos envolvidos nessa associação que antes congregava apenas médicos e que, em 1978, abre-se para gerontólogos especializados em diferentes áreas de saber. Essa abertura é explicada pelo ingresso de geriatras mais jovens que, contra o conservadorismo de seus pares mais velhos, viram a importância da abordagem multidisciplinar da velhice e procuraram integrar à associação gerontólogos com formação em ciências humanas. A tônica dos discursos, que opunha médicos geriatras aos profissionais formados em humanidades, era a necessidade de levarem conta o caráter socialmente construído da velhice, que dá sentidos distintos à essa experiência. Contra o determinismo biológico dos geriatras que, supunha-se, pensavam o curso da vida como um contínuo de etapas naturais e universais de desenvolvimento, os gerontólogos empenhavam-se em mostrar a dimensão cultural da velhice. Essa é ainda a tônica do discurso dos gerontólogos, especialmente daqueles com formação em antropologia, quando se opõem aos geriatras denunciando a "biomedicalização" da Gerontologia, que obscurece as imagens positivas da velhice em favor do modelo da velhice como doença.

Contudo, as falas dos geriatras aqui apresentadas mostram que a insistência da Antropologia de que a velhice pode ser vivida de maneiras distintas transformou-se em um arrubar de portas abertas. Os geriatras parecem ter radicalizado a idéia de construção social, acreditando que não há limites para o sucesso do investimento cultural/tecnológico sobre o corpo.

É preciso, portanto, levar em conta os tipos de hierarquias sociais e as formas de exclusão próprias da radicalização do construtivismo cultural que marca nossa disciplina. Conceitos como gênero e etnicidade permitiram a emergência de uma abordagem muito mais libertária quando comparada ao modo pelo qual sexo e raça eram naturalizados. A desnaturalização do envelhecimento através da idéia de terceira idade pode, no entanto, ter efeitos opostos.

2) O modo pelo qual o discurso do saber estabelece relações com outras instituições pode ser, como os movimentos sociais e a mídia, e responde às suas demandas.

O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a autoridade legítima de definir as categorias de classificação dos indivíduos e de reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

Para compreender o modo específico em que se dão mudanças nos discursos dos experts e como elas se relacionam com as novas imagens do envelhecimento, é preciso levar em conta várias dimensões, como, por exemplo, a forma como os especialistas competem por uma atenção pública; a rapidez com que se deu o reconhecimento da importância do campo em que eles operam; o sucesso mobilizador dos programas para a terceira idade, que surpreende seus próprios

propositores; a ampla divulgação, na mídia, de medidas capazes de retardar o envelhecimento e que devem ser tomadas em idades cada vez mais prematuras.

O processo de reprivatização da velhice, que descrevi, é resultado de uma interlocução intensa dos gerontólogos com a mídia e com os movimentos sociais criados em torno da questão do envelhecimento; essa interlocução obrigou o discurso gerontológico a se colocarem dia com o que se faz de mais avançado em relação à velhice, nos setores de ponta no nível internacional, e a responder a um conjunto de demandas sociais.

A interlocução entre essas instituições pode, no entanto, dar configurações distintas ao conjunto das práticas desenvolvidas. No caso das questões relacionadas com a AIDS, por exemplo, vemos também um processo de interlocução constante entre o discurso do saber médico, a mídia e os movimentos sociais formados em torno dela. Nesse caso, entretanto, o discurso médico se viu obrigado a assumir uma postura mais democrática, numa situação de abertura de espaço para a pluralidade de experiências e para práticas nas quais a heterossexualidade teve de ser, pelo menos no discurso, desnaturalizada. No caso do envelhecimento, essa interlocução, ao desnaturalizá-lo, fechou o campo para a diversidade de situações envolvidas, transformando os gerontólogos em participantes ativos do processo de reprivatização da velhice.

3) O modo pelo qual se pode politizar o debate em reinos que se pretendem politicamente neutros. Não se trata apenas de mostrar que os cientistas não têm a neutralidade científica pretendida, mas também de analisar como os significados por eles produzidos afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana, redefinindo vínculos sociais, projetos e expectativas.

Boa parte da discussão empenhada em caracterizar a experiência contemporânea concentrase na revolução tecnológica que, a partir dos anos 70, dá uma nova configuração à produção de bens e às formas de comunicação, como, por exemplo, a massificação do acesso à mídia eletrônica, as novas tecnologias de comunicação, a informatização dos locais de trabalho e de outros espaços.

Menos ênfase tem sido dada às biotecnologias e às formas como elas redefinem nossa vida. Não se trata de dizer que essas tecnologias que envolvem a vida, o corpo, a sexualidade são monoliticamente demoníacas, nem que têm potencial como forças libertárias. Quando se fala em biotecnologias é sempre preferível ser o mais concreto possível. Da mesma forma, os economistas e administradores em contabilidade pública transformaram instituições sociais como a aposentadoria, criadas para gerir riscos, em fontes de produção de outros riscos considerados inviabilizadores do sistema.

Quando olhamos para as novas tecnologias de informação, é possível pensar em uma ampliação e democratização do acesso à informação. É possível descrever um processo através do qual grupos excluídos passam a ser ativamente incorporados e têm sua participação na política ampliada. As biotecnologias e as projeções dos gastos públicos são reinos propícios para o exercício de poderes que se pretendam politicamente neutros - daí a urgência na compreensão de como nesse campo o poder é instaurado e monopolizado e do tipo de lógica que organiza as concepções de seus produtores sobre o que é a boa vida e a dignidade humana.

Tendo a Antropologia se especializado no desvendamento das lógicas pelas quais o "outro" opera e no caráter das práticas que elas engendram, ela pode politizar o debate em domínios pouco constituídos politicamente e que têm servido de oportunidade para o exercício de magistraturas que se pretendem metapolíticas.

NOTAS

(*) - Este artigo é uma versão modificada de trabalho apresentado no GT Cultura e Política da ANPOCS, em 1996, que foi beneficiado pelos comentários dos colegas que participaram do evento. Para a realização da pesquisa contei com financiamento do CNPq.

1. Sobre a invenção da terceira idade ver, especialmente Laslett (1987), Lenoir (1979), Guillemard (1986), Peixoto (1995), Debert e Simões (1994).

2. Para um balanço das pesquisas sobre o tema, ver Debert (1992).

3. Cf. "Gerontologia", vol. N, nº 3, set. 1990, edição dedicada à IX jornada Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

4. Ver sobre o tema, Torstam (1992). Foi essa a perspectiva que orientou minhas pesquisas sobre o tema e, nessa direção, pode-se dizer, são encaminhadas as conclusões dos trabalhos de Barros (1981), Peixoto (1995a) e Mattos (1990).

5. Prata (1990) fez um levantamento sistemático dos programas voltados para os idosos. Mostra que, no Estado de São Paulo, a LBA contava com 31 unidades que mobilizavam cerca de 7.055 pessoas e que o SESC, pioneiro na criação desses programas, tem 5 unidades na Grande São Paulo, atendendo cerca de 5.250. Mas tudo leva a crer que houve um aumento dos programas e do número de seus participantes. Em brochura divulgada pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1993, intitulada *Programa especial de atendimento à população idosa*, consta que todos os Fundos Municipais de Solidariedade implantaram programas voltados para a terceira idade. As seguintes secretarias de Estado, fundações e empresas estatais têm programas específicos para idosos: Saúde; Segurança Pública; Relações de Trabalho (Fundação CERET); Transportes Metropolitanos (Metrô e EMTU); Transportes (Fepasa, Daesp, Dersa e DER); Esportes e Turismo; Fazenda (Banespa e Nossa Caixa/Nosso Banco); Criança, Família e Bem-Estar Social; Energia (Eletropaulo); Cultura; Meio Ambiente (CETESB); Habitação; Educação. Esses programas estariam beneficiando cerca de 2,5 milhões de idosos em São Paulo. Sobre as iniciativas voltadas para os idosos no Estado de São Paulo, ver também Jordão (1992). O *Guia brasileiro para a terceira idade*, publicado em 1996 pela Divulgação Promocional, indica que existem, no Estado de São Paulo, 20 cursos livres que atendem aos chamados "alunos da terceira idade", tendo, em média, 300 alunos inscritos em cada um deles. Informa ainda que dez Faculdades Abertas para a Terceira Idade funcionam no Estado de São Paulo em universidades públicas e particulares.

6. Sobre o movimento dos aposentados, ver Simões (1994).

7. Citadas na revista *Globo Ciência*, ano 3, nº 30, jan. 1994.

8. Sobre a solidariedade pública e privada entre gerações, ver Simões (1995).

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. (1981), *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flakasman. 22 ed., Rio de Janeiro, Zahar.

BARROS, M. M. L. (1981), "Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 2.

BOUTINET, J. P. (1995), "L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle". *Dialogue- Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la famille*, 127.

CABRAL, B. E. S. L. (1986), *De trabalhadores a aposentados do Yrorural. As contradições da política social e a concessão tardia de direitos*. Tese de mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia da UFPb, mimeo.

CALABI, A. C. (1994), *As imagens do envelhecimento nos anúncios publicitários de televisão*. Relatório PBIC/CNPq, UNICAMP-IFCH.

DEBERT, G. G. (1992), "Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 33.

_____. (1994), "Gênero e envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados". *Revista Estudos Feministas*, 2, 3: 33-51.

_____. e SIMÕES, J. A. (1994), "A aposentadoria e a invenção da terceira idade", in G. G. Debert (org.), *Antropologia e velhice*, Campinas, UNICAMP-IFCH.

DOUGLAS, M.; e WILDAVSKY, A. (1983), *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley, University of California Press.

DUNIAZEDIER, J. (1974), "Loisir et troisième âge"; in J. Dumazedier (org.), *Sociologie empirique du loisir*, Paris, Seuil.

ELIAS, N. (1987), *La soledad de los moribundos*. México, Fondo de Cultura Económica.

FEATHERSTONE, M. (1992), "The body in consumer culture", in M. Featherstone *et al.* (org.), *The body - social process and cultural theory*, London, Sage Publications.

FEATHERSTONE, M. (1994), "O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento", in G. G. Debert, (org), *Antropologia e velhice* (col. "Textos Didáticos" 13), UNICAMP-IFCH.

GIDDENS, A. (1992), *As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora da UNESP.

GUERREIRO, P. (1993), *A Universidade para a terceira idade da PUCCAMP*. Monografia de graduação. UNICAMP-IFCH, mimeo.

GUILLEMARD, A. M. (1986), *Le déclin du social: formation et crise des politiques de la vieillesse*. Paris, PUF.

HELD, T. (1986), "Institutionalization and deinstitutionalization of the life course". *Human Development*, 29.

JAMESON, F. (1984), "Postmodernism or the cultural logic of capitalism". *The New Left Review*, 146.

JORDÃO NETTO, A. (1992), "A experiência de São Paulo na implementação de programas de atendimento à pessoa idosa", in A. F. Soares *et al.* (org.), *A população idosa no Brasil. perspectivas e prioridades das políticas governamentais comunitárias*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

KHOLI, NI. (1995), "La présence de l'histoire", in C. Attias-Donfut (org.), *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*, Paris, Ed. Nathan.

- LASCH, C. (1991), *Refúgio num mundo sem coração - a família: santuário ou instituição sitiada?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LASLETT, P. (1987), "The emergence of the third age". *Aging and Society*, 7.
- LEMOS, R. (1995), *Quarenta - a idade da loba*. São Paulo, Globo.
- LENOIR, R. (1979), "L'invention du 'troisième age': constitution du chame des agents de gestion de la vieillesse". *Actes de la Recherche en Science Sociales*, 26.
- MATTOS, F. M. (1990), *Velha é a vovozinha - identidade feminina na velhice*. Tese de mestrado. UFRGS-PPGAS, mimeo.
- NIEYROWITZ, J. (1985), *No sense of place- the impact of eletronic media on social behavior*. oxford, Oxford University Press.
- MOODY, H. R. (1993), "Overview: what is criticaí gerontology and why is it important?", in T.R.Cole *et al.* (org.), *Voices and visions od aging - toward a criticaí gerontology*, New York, Springer Publishing Company.
- NERI, A. L. (1991), *Envelhecer num país de jovens:significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- PEIXOTO, C. (1995), "Les moles d'appellation dans les lieux publics - une comparaison entre la France et le Brésil". *Etnologies Française*, XXV, 4.
- PEIXOTO, C. (1995a), "A Sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27.
- PIRES, A. (1993), *O envelhecimento e as revistas voltadas para o público feminino*. Monografia de graduação. UNICAMP-IFCH.
- PRATA, L. E. (1990), "Os programas especificamente destinados à população idosa", in Fundação SEADE, *O idoso na Grande São Paulo*, São Paulo, Seade.
- SENNETT, R. (1988), *O declínio do homem público - as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SHEEHY, G. (1991), *Passagens - crises previsíveis da vida adulta*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SIMÕES, J. A. (1994), O aposentado como ator político. ANPOCS, GT Cultura e Política.
- SIMÕES, J. A. (1995), Demandas políticas versus exigências técnico-administrativas a questão da reforma da Previdência. ANPOCS, GT Cultura e Política.
- STUCCHI, D. (1994), Os programas de preparação à aposentadoria e o remapeamento do curso da vida do trabalhador. Tese de mestrado. UNICAMP-IFCH.
- TORNSTAM, L. (1992), "The quo vadis of gerontology: on the scientific paradigm of gerontology". *The Gerontologist*, 32, 3.

TURNER, B. (1992), "Recent developments in the theory of the body", in M. Featherstone et al. (org.), *The body- social process and cultural theory*, London, Sage Publications.